

REUNIÃO REGIONAL NORDESTE – 2014

Data: 19 a 22 de agosto de 2014

Local: Maceió - AL

Presentes:

Conforme lista de presença

Ausentes Justificados:

Não houve

Redator:

Bruna Lelli Pamplona (Cored)

Assuntos Tratados

A reunião foi iniciada pelo Dr. Virgílio Cavalcante, Dirigente do Inmeq – AL, que destacou a importância da reunião e desejou que todos tenham trabalhos produtivos.

A palavra foi passada para o Dr. Omer Pohlmann Filho, Coordenador Geral da RBMLQ – I, que apresentou os novos dirigentes dos Órgãos Delegados.

Destacou que as informações que serão apresentadas são de grande relevância para o planejamento dos próximos exercícios.

Exibiu o calendário de eventos do 2º semestre de 2014, registrando o cancelamento do Encontro de Assessores de Imprensa da RBMLQ – I.

Acerca da execução do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação, exercício 2014, apontou que a RBMLQ – I teve uma queda em sua receita de 1% e destacou que serviços metrológicos teve uma redução de 2%.

Informou que a Região Nordeste teve um crescimento de 8% em sua receita, mas serviços metrológicos teve uma redução de 1%.

Dr. José Carlos Brandes, Diretor de Informática da SURRS, informou que há relatórios de inadimplência, separados por tipos / espécies.

Dr. Omer Pohlmann Filho retomou a palavra apontando que o estado de Alagoas teve um crescimento de receita de 23%, porém teve uma queda de 10% em serviços metrológicos. Dr. Virgílio Cavalcante esclareceu que os técnicos estão sendo treinados para reverter esta situação. Dr. Omer Pohlmann Filho informou que há 3 (três) turmas abertas do curso de formação de agentes metrológicos.

Dando prosseguimento, Dr. Omer Pohlmann Filho destacou que a receita da Bahia teve um crescimento de 6% e serviços metrológicos teve um crescimento de 3%.

Acerca do Ceará, falou que a receita teve um crescimento de 12% e serviços metrológicos 5%.

Apontou que a receita do Maranhão teve um crescimento de 22%, porém teve uma redução em de -5% em serviços metrológicos.

Sobre a Paraíba, esclareceu que a receita cresceu 6%, mas serviços metrológicos teve um decréscimo de 5%.

Destacou que a receita de Pernambuco teve um decréscimo de 5% e serviços metrológicos uma queda de 9%. Lembrou que este estado foi contemplado com o concurso público e após a capacitação dos servidores, este quadro tende a mudar.

Sobre o Piauí, destacou que a receita cresceu 17%, serviços metrológicos 5% e apontou o alto índice de inadimplência.

Sobre o Rio Grande do Norte, apontou que a receita cresceu 3% e serviços metrológicos caiu 3%.

Acerca de Sergipe, esclareceu que a receita cresceu 12%, mas teve uma queda de 9% em serviços metrológicos.

Dr. Virgílio Cavalcante sugeriu que a realização de um Encontro de Integração entre as procuradorias, visando melhorar a comunicação. Dr. Omer Pohlmann Filho se comprometeu em conversar com a Dra. Dayse Alves, Procuradora – Chefe do Inmetro.

Dr. José do Patrocínio, Dirigente do ITPS – SE, registrou que as Procuradorias Federais não interagem com os estados, ressaltando a dificuldade de fazer um protesto. Informou que as multas de pequeno valor tem sido arquivadas e esta ação gera um mau exemplo, estimulando a inadimplência.

Dr. José do Patrocínio falou, ainda, que a questão da redução em serviços metrológicos precisa ser atacada.

Dr. José Carlos Brandes informou que o modulo protesto / SGI, que visa enviar os recursos on line, será entregue em setembro, como acordado na última Plenária. Dr. Omer Pohlmann Filho ressaltou a importância de se ter os processos digitalizados, com o objetivo de agilizar o tempo dos recursos.

Na sequência, Dr. Omer Pohlmann Filho abordou a redução dos índices de serviços, destacando que desde que a atividade de cronotacógrafo foi iniciada este índice caiu. Esclarece que, em alguns casos, pode ter ocorrido uma acomodação, onde destacou a necessidade de avaliação e inclusão no planejamento de metas que melhorem esta tendência.

Dr. Virgílio Cavalcante esclareceu que a questão dos índices de serviços pode estar sendo gerada pela não renovação de pessoal, apontando a necessidade de concurso público. Dr. Fernando Rossas, Dirigente do Ipem – Fort, destacou que muitos servidores, em seu estado, estão em processo de aposentadoria, o que também gera um impacto nos dados de serviços.

Dr. Luiz Carlos Gomes, Diretor de Metrologia Legal do Inmetro, apontou a necessidade de reformulação do modelo atual de atuação, sugerindo que seja feita uma espécie de terceirização das atividades. Falou sobre a necessidade de se discutir o modelo de atuação, visando apontar soluções alternativas. Dr. Omer Pohlmann Filho concordou com o que foi apontado, mas esclareceu que este não é o fórum adequado para esta discussão.

Dra. Maria do Rosário Costa Muricy, Dirigente do Ibametro, destacou a importância do concurso público, esclarecendo que os Órgãos Estaduais estão sendo fiscalizados pelo TCU.

Dr. José do Patrocínio falou sobre a falta de diálogo entre o Inmetro e o governo do estado. Lembrou que o Professo João Jornada, Presidente do Inmetro, não participa das reuniões com o governo, solicitando mais atenção do Inmetro.

Dr. Luiz Carlos Gomes registrou, novamente, a necessidade de se discutir acerca de um novo modelo de atuação e este tema é encaminhado para próxima reunião Plenária.

Retomando a apresentação, Dr. Omer Pohlmann Filho falou sobre o comparativo da evolução da receita total e da despesa da RBMLQ – I, abordando os dados do ano atual. Destacou que foi pactuado um crescimento de 18%, porém, se os Órgãos Delegados conseguirem alcançar o que foi planejado de agosto até dezembro, só se terá um crescimento de 5%.

Apontou que a Região Nordeste pactuou um crescimento de 23%, mas caso consiga cumprir o que foi planejado de agosto a dezembro, crescerá, apenas, 11%.

Falou que o estado de Alagoas pactuou um crescimento de 60%, mas se cumprir o planejado (agosto a dezembro), crescerá, apenas, 33%.

Destacou que o Estado da Bahia pactuou crescer 24%, mas se conseguir o planejamento, a partir de agosto, crescerá 11%.

Apontou que o Estado do Ceará pactuou crescer 7%, mas superou a meta, crescendo 12%, até o mês de julho/2014.

Falou que o Estado do Maranhão pactuou um crescimento de 31%, mas cresceu, até o período atual, 27%.

Acerca do Estado da Paraíba, exibiu o índice pactuado, destacando que a meta não foi alcançada. Informou que caso esse estado consiga realizar o que foi planejado, a partir de agosto, atingirá o índice de 8%.

Destacou que o estado de Pernambuco pactuou um crescimento de 20%, porém, se fizer o que foi planejado a partir de agosto, crescerá 1%.

Falou que o Estado do Piauí pactuou um crescimento de 67%, mas cresceu, apenas, 17%. Informou que se começar a cumprir o planejamento, a partir de agosto, crescerá 36%.

Sobre o Rio Grande do Norte, destacou que foi pactuado um crescimento de 1%, porém cresceu 3%.

Informou que o Estado do Sergipe pactuou um crescimento de 31%, porém cresceu, apenas, 12%. Destacou que caso seja cumprido o que foi planejado, a partir de agosto, haverá um crescimento de 22%. Dando prosseguimento, abordou a saúde financeira das instituições.

Dr. Virgílio Cavalcante solicitou a apresentação da receita efetiva. Sr. André Fofano, Assistente da Cored, informou que este índice será apresentado no quadro resumo.

Dr. José do Patrocínio chamou atenção para o planejamento, onde ressaltou que este foi feito de forma equivocada.

Dr. Omer Pohlmann Filho retomou a palavra e apresentou o quadro resumo do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação, apontando a receita gerada e classificada.

Dr. José Carlos Brandes falou sobre multas e dívida ativa, destacando a há estados que os índices de serviços e jurídico estão desproporcionais. Chamou atenção para o crescimento da receita de cronotacógrafo e a queda nos índices de Pré Medidos.

Sobre autos de infração, informou que há estados que não estão gerando e outros estão gerando em duplicidade. Falou que o SGI / Coletor faz todo serviço de campo, onde o sistema, quando enxerga uma não conformidade, gera um auto de infração e lança, automaticamente, no sistema.

Dr. Omer Pohlmann Filho informou que os Planos de Trabalhos não serão fechados enquanto não forem dados encaminhamentos de auto de infração ou emitirem o cancelamento dos termos, com justificativa.

Dr. José Carlos Brandes destacou que no próximo Encontro de Informática haverá oficinas para suporte de gestão.

Dr. José Lobo Filho, Diretor Técnico do Ipem – Fort, falou da necessidade de alteração do planejamento de viagem, destacando que as equipes poderão não ter tempo hábil de prestar contas.

Dr. José Carlos Brandes explicou que a prestação de contas estará pronta no sistema, portando, as equipes poderão realizar todo o procedimento.

Acerca das etiquetas distribuídas para as oficinas de manutenção, foi destacado que há necessidade de lançamento no sistema, visando manter a rastreabilidade.

Dr. Omer Pohlmann Filho chamou atenção para a reprovação por erro quantitativo, onde os índices não estão coerentes.

Foi exibido um levantamento sobre os erros por estabelecimentos, onde Dr. Omer Pohlmann Filho informou que os dados podem estar sendo manipulados.

Dr. Arthur Bomfim, Dirigente do Imeq – PB, esclareceu que alguns fiscais na Paraíba podem não estar agindo com uma boa índole e solicita o auxílio do Inmetro para ver uma ação correta.

Dr. Luiz Carlos Gomes colocou a Dimel a disposição para realizar uma supervisão. Destacou que houve um treinamento para se identificar placas com fraude e informou que há estados habilitados a executar perícia.

Dr. José Carlos Brandes destacou que no próximo Encontro de Informática haverá, também, oficina do PSIE e Dr. Omer Pohlmann Filho destacou a importância da participação dos técnicos de informática.

Dr. Omer Pohlmann Filho falou acerca da alteração dos valores das multas, mas destacou que dos valores das multas formais não serão alteradas.

Sobre fiscalização técnica, apontou os valores que são praticados, incluindo as multas nas áreas alfandegárias.

Na sequencia, Sr. Marcelo Ferreira, secretário executivo, falou sobre a pesquisa de satisfação da Cored, solicitando que todos a respondam.

Sr. Andre Fofano abordou a questão do planejamento de necessidades e controle de fornecimento de marcar, onde exibiu o fluxograma e destacou o cadastro dos dados, ressaltando a necessidade de se ter o controle efetivo.

Informou que os Órgãos Delegados terão que solicitar as marcas através do sistema, o que proporcionará uma agilidade, a partir de janeiro de 2015 (novo módulo no SGI).

Esclareceu que o cadastro de necessidades anuais após o planejamento técnico já é automático, com base no consumo médio.

Sr. Marcelo Ferreira abordou o curso de formação de agentes metrológicos, destacando as turmas vigentes. Falou que as turmas foram separadas por perfil e destacou a necessidade de cada estado ter um monitor para cada área de atuação.

Dr. Omer Pohlmann Filho falou sobre a aquisição dos veículos do FNDE, enfatizando que mais estados serão contemplados, caso sobre recurso.

Finalizando, falou sobre a importância dos estados responderem a pesquisa da força de trabalho.

Dra. Maria do Rosário perguntou sobre a compra dos carros para fiscalização em radar. Dr. Omer Pohlmann Filho explicou que não há solicitação desta compra e que este veículo pode ser comprado pelo Órgão Delegado, uma vez que será utilizado em uma atividade específica.

Acerca dos carros para fiscalização discreta, Dr. Omer Pohlmann Filho informou que o Contran não forneceu a liberação e, por esta razão, o projeto foi encerrado.

A apresentação da Dimel foi iniciada pelo Dr. Luiz Carlos Gomes que falou sobre supervisão em metrologia legal. Informou que a Dimel é a única diretoria habilitada a realizar regulamentação técnica, controle legal do instrumento de medição, perícia metrológica e supervisão em metrologia legal.

Acerca do controle legal, aprovação de modelo e verificação, destacou que foi iniciado um processo de terceirização das atividades, informando que a apreciação técnica de modelo pode ser feita em laboratórios externos, ressaltando que a produtividade é maior, porém se perde, um pouco, da confiabilidade. Explicou que a Dimel tende a fortalecer a supervisão.

Esclareceu que a Disme é a unidade organizacional subordinada à Dimel, responsável por planejar e realizar a supervisão de todas as atividades relacionadas à metrologia legal, destacando o princípio da independência e imparcialidade.

Dr. Fernando Rossas abordou a questão da supervisão dos Órgãos Delegados e Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que a Cored está fazendo, porém não há a participação da Dimel.

Ficou acordado que a Cored marcará uma reunião com a Dimel para ajustar as questões sobre a supervisão metrológica e sobre auditorias integradas.

Dr. Luiz Carlos Gomes, dando prosseguimento, falou da nova reestruturação da Dimel, informando que o Sr. Maurício Evangelista estará à frente de uma divisão para dar suporte aos Órgãos Delegados.

Sobre a auditoria técnica, destacou que serão encaminhadas à Cored, para que sejam tomadas providências de acordo com o convênio, as não conformidades que não forem sanadas.

Sr. Marcelo Monteio, Chefe da Dconf, falou acerca da fiscalização de produtos, destacando o processo de planejamento e registro no SGI, a fiscalização técnica, o deslocamento da ação fiscal para dentro da rede de distribuição e a implantação de laboratórios nos Órgãos Delegados.

Destacou que o fiscal será treinado para a fiscalização técnica e destacou que as multas terão acréscimo para erros intrínsecos.

Dr. Arthur Bomfim falou sobre a questão dos selos, destacando a facilidade de fraude. Sr. Marcelo Monteio explicou que a Dconf está atuando com um trabalho de mais inteligência, utilizando os registros fiscais como base de ação e não mais o selo. Informou que a Dconf disponibilizou link com os registros para que o consumidor possa consultar.

Dr. Arthur Bomfim destacou a importância do selo ter uma linguagem mais clara, para que o consumidor possa identificá-lo mais facilmente.

Acerca da implantação dos laboratórios nos Órgãos Delegados, Sr. Marcelo Monteio registrou que a Dconf está tentando estimular os estados a montarem o seu.

Sobre a migração do registro do sistema orquestra para o SGI, informou que esta migração ocorrerá no início de 2015.

Chamou atenção para a importância da impressão e assinatura do registro de visita durante as ações, solicitando que o gestor da área monitore.

Falou sobre a publicação dos procedimentos de fiscalização junto com os regulamentos técnicos, visando à promoção de uma maior integração entre o fiscalizador e o regulamentado.

Sobre a atividade de consumo seguro e saúde, informou que há estados que desenvolvem redes para atuar no consumo seguro e falou sobre a publicação do manual para redes locais.

Destacou o uso do SINMAC, Sistema de Monitoramento de Consumo.

Finalizando, falou acerca do Prêmio Nacional de Avaliação da Conformidade, informou sobre a publicação da portaria que aprova o prêmio e destacou que um comitê avaliador será escolhido.

O Espaço Audin foi iniciado e o Dr. Rogério Fernandes, Auditor Chefe do Inmetro, apresentou as principais não conformidades apontadas nos Órgãos Delegados, destacando as questões que ferem a legislação.

Dr. Omer Pohlmann Filho chamou atenção para a importância do uso do módulo suprimento de fundos no SGI.

Dr. Jones Braga, Dirigente do Inmeq – MA, abordou as responsabilidades de um ordenador de despesas e informou que a realização de pregão eletrônico é impraticável no Maranhão.

Dando prosseguimento, Dr. Rogério Fernandes destacou as falhas na formalização de processos e destacou o SGI como uma excelente ferramenta de gestão.

Falou sobre a realização de aquisição de materiais e serviços sem justificativa plausível que atenda, exclusivamente, a conservação do objeto do convênio.

Dr. Virgílio Cavalcante e Dr. José do Patrocínio parabenizaram a apresentação.

Dr. Antonio Carlos Godinho, Diretor de Administração e Finanças do Inmetro, iniciou sua apresentação falando sobre tomada de contas e, posteriormente, abordou as questões orçamentárias, destacando a receita atual. Informou que para o ano de 2015 só haverá a liberação de 643 Milhões, destacando que este valor não é suficiente para manter o ano.

Dr. Omer Pohlmann Filho destacou que a receita da RBMLQ – I está abaixo do esperado e, por esta razão, o orçamento foi impactado.

Assuntos Tratados

Página 7 de 7

Dr. Antonio Carlos Godinho, destacou que o Inmetro tem grande credibilidade junto ao Ministério e falou que há um contingenciamento, ressaltando a necessidade de se garantir a lei próxima da capacidade de arrecadação.

A reunião foi finalizada pelo Dr. Omer Pohlmann Filho e as elaborações e ajustes dos planos de trabalho e aplicação foram iniciadas.

Próxima Reunião:

Data: Não definida

Local: Não definida